

## A formação de professores em educação de jovens e adultos (eja) na perspectiva da inclusão social

### The training of teachers in adult and youth education in the perspective of social inclusion

Tânia Regina Dantas<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo propõe uma discussão acerca da formação de professores na Educação de Jovens e Adultos na direção de potencializar a necessidade de investigação acerca desta temática. Aborda as especificidades desta modalidade educativa com base na legislação vigente. Anuncia o problema de pesquisa como sendo: a formação de professores na área da Educação de Jovens e Adultos contempla a perspectiva da inclusão social? O objetivo principal é aportar elementos que caracterizem a proposta de qualificação para os docentes desta área em uma perspectiva de inclusão social. Anuncia a metodologia empregada com características de pesquisa qualitativa, levantando dados e informações sobre o programa de pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos. Enfatiza os desafios inerentes à formação de docentes para este segmento e coloca que os resultados das pesquisas vêm mostrando a necessidade de uma formação específica para os educadores do campo pesquisado. Apresenta como contribuição para a qualificação dos professores o Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA) como uma proposta desafiadora e inclusiva. Destaca como principais resultados as grandes conquistas deste Mestrado com ênfase para a criação de uma Rede Colaborativa de Pesquisa Internacional em parceria com professores de várias instituições nacionais e internacionais, a realização de quatro encontros internacionais e a produção da Revista Internacional em Educação de Jovens e Adultos- RIEJA. Em conclusão, apresenta as propostas para o futuro a começar pela criação de um Doutorado Profissional em Educação de Jovens e Adultos.

**Palavras-chave:** Formação de professores; Educação de Jovens e Adultos; Inclusão.

**Abstract:** This article proposes a discussion on teacher training in youth and adult education in the direction of enhancing the need for research on this subject. It discusses the specificities of this educative modality based on current legislation. Moreover, it announces the research problem as: Does teacher education in the area of Youth and Adult Education contemplate the perspective of social inclusion? The main goal is to provide elements that characterize the proposal of qualification for the teachers of this area in a perspective of social inclusion. It also tells us about the methodology used with features of qualitative research providing data and information on the graduate program in youth and adult education. It emphasizes the challenges inherent in teacher training for this segment and points out that the research results have shown the need for a specific training for the educators of the researched field. This paper is presented as a contribution for the qualification of teachers in the Master Program in Youth and Adult Education (MPEJA) as a challenging and inclusive proposal. It focuses on the great achievements of this Master Program with emphasis on the creation of a network of International Research in partnership with teachers of several national and international institutions, carrying out four international meetings which were also responsible for the production of the *Revista Internacional em Educação de Jovens e Adultos – RIEJA* (International Journal on Youth and Adult Education). Finally, it presents some proposals for the future, starting with the creation of a Professional Doctorate in Youth and Adult Education.

**Keywords:** Teacher education; Youth and adult education; Inclusion.

---

1 Universidade do Estado da Bahia. Doutora em Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona, E-mail: [taniaregin@hotmail.com](mailto:taniaregin@hotmail.com)

## Introdução ou começo de conversa

Compreendendo-se que a escola se constitui em um local onde se entrelaçam os problemas e as contradições da sociedade, a formação de professores qualificados para exercerem as suas funções, torna-se de crucial importância na contemporaneidade.

É necessária uma formação adequada e competente para estes profissionais entenderem a rede de saberes, conhecimentos, fazeres que envolvem o cotidiano escolar, bem como para abarcar a complexidade desta teia que configura o espaço escolar.

Neste sentido, entende-se a formação como um processo contínuo, contextualizado, que se desenvolve ao longo da trajetória pessoal e profissional do (a) professor (a) (DANTAS, 2016). No interior deste processo se inclui a experiência profissional que não deve ser menosprezada, nem *desperdiçada* (como nos alertava Santos, 2000).

Dantas (2012), ao discutir a formação do educador da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com base em uma experiência pioneira no Estado da Bahia, chama a atenção para a diversidade cultural, a experiência de vida e profissional destes sujeitos. Apresenta também outro aspecto relevante que é a ausência de uma formação específica e obrigatória para atuar nesta modalidade oferecida no âmbito da formação inicial no curso de Pedagogia. Segundo esta autora, a EJA, enquanto modalidade da Educação Básica, ainda é tratada com pouco prestígio pelo meio acadêmico, carece de investigação nesta área, ao tempo em que os resultados das pesquisas pouco são divulgados e considerados na prática efetiva.

O fato evidente é que a formação do educador de adultos sempre esteve na periferia das propostas de formação docente, da mesma forma que as políticas oficiais públicas para este segmento sempre foram omissas e resistentes em reconhecer a EJA como importante campo de formação e de pesquisa.

Arroyo (2006, p.16) reforça que “a formação do educador e da educadora de jovens e adultos sempre foi um pouco pelas bordas, nas próprias fronteiras onde estava acontecendo a EJA. Recentemente passou a ser reconhecida como uma habilitação ou como uma modalidade [...]”

Por esta razão, é preciso reconhecer as especificidades da modalidade EJA, que demanda conhecimento e competência para atuar, o que, conseqüentemente, requer uma maior atenção na formação dos profissionais que trabalham com este segmento.

Dantas (2012, p. 151) vem reforçando a necessidade de uma formação específica para os educadores da EJA, justamente por levar em consideração as especificidades desta modalidade educativa, sobretudo as características dos sujeitos aprendentes. Denuncia que não existe uma preocupação com a obrigatoriedade de uma formação específica para os profissionais que atuam nesta área, ao tempo em que enfatiza que “a formação deve atentar para a diversidade [...] de jovens e adultos trabalhadores, às suas peculiaridades, diferenças culturais, experiências de vida, histórias, saberes e características específicas [...]”

O Parecer 11/2000 da Câmara de Educação Básica (CEB) que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA enfatiza que:

[...] o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou

motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer [...] (BRASIL, 2000, p.56)

Diniz-Pereira vem chamando a atenção para a importância do campo da pesquisa sobre a formação de professores, sobretudo os que atuam no segmento da EJA, frente à escassez de pesquisas sobre esta temática. Ele denuncia que situar os professores como foco das investigações é um acontecimento bem recente, remonta aos finais dos anos oitenta quando se iniciou “um crescimento quantitativo dos trabalhos acadêmicos sobre formação de professores [...] trazendo os educadores para o centro das investigações” (DINIZ-PEREIRA, 2013, p.148).

Esse autor esclarece que, na década de 80, “uma boa parte da produção acadêmica sobre formação de professores no Brasil, [...] divulgada por meio de livros, capítulos de livros e artigos de periódicos, não necessariamente baseia-se em resultados de pesquisa” (p. 146).

A esse respeito, na tentativa de promover um “estado da arte” na Educação de Jovens e Adultos no Brasil, Machado (2002) realizou um mapeamento acerca das 226 dissertações e teses defendidas, no período de 1986 a 1998, observando que somente 32 trabalhos continham temáticas relacionadas com o professor e apenas 11 trabalhos sobre o educador deste segmento educacional.

Ventura (2012) ao referir-se à pesquisa de Diniz-Pereira sobre a formação de professores de jovens e adultos, baseada na análise sobre a produção científica, publicada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no período compreendido entre 2000 e 2005, denuncia que esta temática foi pouco explorada e que necessita de uma ampliação sobre as investigações nesse campo.

Corroborando com estas constatações, bem como face à precariedade de estudos e pesquisas sobre o tema é que este artigo aborda questões relacionadas com a formação docente e chama a atenção para as especificidades da formação de professores que trabalham na Educação de Jovens e Adultos, destacando que há necessidade de um tratamento diferenciado para qualificar e preparar professores que atuam ou que pretendem atuar nessa Modalidade. Destaca as características singulares dos sujeitos deste segmento e reafirma a Educação de Jovens e Adultos como uma proposta de inclusão desses sujeitos.

Embasado na legislação vigente, apresenta dados e informações pertinentes sobre a formação de professores e a educação de jovens e adultos em uma perspectiva inclusiva com um traçado metodológico de pesquisa qualitativa, a partir de levantamento de dados em sites, portais e relatórios.

Nesta direção, anuncia que o Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos veio atender parte desta demanda por uma qualificação de professores para atuarem na área.

Coloca as principais ações geradas a partir da criação deste programa e como este vem contribuindo para ampliar e diversificar as pesquisas sobre EJA na Bahia.

O que se espera com este artigo é contribuir para disseminar uma nova maneira de pensar e agir no interior da escola da EJA, que implique numa nova dinâmica de desenvolvimento do trabalho escolar, caminhando para o fortalecimento de uma escola reflexiva, fundamentada na pedagogia da inclusão.

## A inclusão na EJA: um tema recorrente

Geralmente, quando se fala em exclusão/inclusão o discurso remete à educação especial, haja vista o livro organizado por Skliar (1999), no qual ele aborda a problemática sócio antropológica da educação especial sob o prisma da exclusão/inclusão.

Confirmando esta percepção, tem-se que no Brasil, “os (as) alunos (as) com deficiência têm se tornado o principal alvo da educação inclusiva” (CROCHÍK, 2015, p.43). Esses mesmos autores afirmam que a proposta de inclusão é justamente a luta contra a segregação, sobretudo daqueles que não frequentaram a escola, que não tiveram acesso ao ensino regular. Em nosso país, os excluídos são todos os pobres, analfabetos, desempregados, sem uma profissão definida, com baixo nível de escolarização, os “sem terra”, sem teto, sem acesso aos bens culturais produzidos por todos. Sabe-se, contudo, que esse processo de exclusão também envolve questões de gênero, de raça, de classe, de credo ou religião.

Na verdade, os temas exclusão e inclusão não podem ser utilizados em sentido absoluto, porque se reportam a inúmeros conceitos e provocam muitas ambiguidades e definições que tangenciam aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos, religiosos, etc.

Os estudiosos acerca da temática da inclusão sempre fazem uma articulação com a discussão dos direitos humanos. Silva e Costa (2015) definem a inclusão como

[...] o pertencimento das pessoas aos direitos sociais, econômicos, culturais, civis, políticos (de participação e intervenção na sociedade), além do direito à sustentabilidade socioambiental, considerando a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos, uma vez que todos os direitos têm a mesma importância, se complementam e se inter cruzam, e o acesso a um direito não elimina o outro. (p.102)

Por esta razão, neste artigo, há uma tentativa de descentramento deste foco da educação especial para uma visão mais ampla, voltada para a percepção dos jovens e adultos não escolarizados como minorias que sofrem exclusões de diversas ordens, inclusive no processo educativo, de forma a tangenciar os direitos humanos e, principalmente, o direito à educação.

Convém reafirmar que as propostas de educação inclusiva sempre vêm em sintonia com a Declaração Universal de Direitos Humanos (UNESCO, 2014), do Plano Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2010) e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, (BRASIL, 2007).

Com base na Declaração Universal de Direitos Humanos, pode-se destacar que:

Toda pessoa tem direito à educação e seus fins e objetivos estão claramente definidos nos instrumentos internacionais de direitos humanos ratificados pelos Estados: o desenvolvimento pleno da personalidade humana e do sentido de sua dignidade, o fortalecimento do respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, a participação efetiva de todas as pessoas em uma sociedade livre, a promoção do entendimento, a amizade entre todas as nações, todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e a manutenção da paz, o que permite a todos participar efetivamente em uma sociedade democrática e plural. (UNESCO, 2014, p.21)

A articulação com os direitos humanos rejeita as desigualdades sociais, a segregação e revela a intenção de defesa da democracia, do respeito à diversidade, da garantia do direito de todos à educação e à participação na vida social. Esses são princípios básicos a serem defendidos na educação de jovens e adultos, via de regra constituída por sujeitos que são discriminados, alijados e segregados da sociedade, sem terem os seus direitos respeitados e assegurados não só no texto das leis, mas também na prática efetiva.

O Plano Nacional de Direitos Humanos III (2010) salienta o papel das instituições de ensino superior na oferta de disciplina na graduação e na pós-graduação, como também nos programas de formação, sobre a temática dos direitos humanos, a saber:

No ensino superior, as metas previstas visam a incluir os Direitos Humanos, por meio de diferentes modalidades como disciplinas, linhas de pesquisa, áreas de concentração, transversalização incluída nos projetos acadêmicos dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação, bem como em programas e projetos de extensão. A educação não formal em Direitos Humanos é orientada pelos princípios da emancipação e da autonomia, configurando-se como processo de sensibilização e formação da consciência crítica. Desta forma, o PNDH-3 propõe inclusão da temática de Educação em Direitos Humanos nos programas de capacitação de lideranças comunitárias e nos programas de qualificação profissional, alfabetização de jovens e adultos, entre outros (p. 187)

Freire (2015, p.37) se referindo aos saberes necessários à prática educativa nos adverte que “faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação”. Não deve-se esquecer que a EJA se situa nesses espaços de discriminação (a começar pela localização das escolas públicas, nas periferias, em locais de difícil acesso, nos presídios, etc), e, em regra geral, é oferecida no turno noturno, com carga horária mais reduzida, com professores iniciantes, sem formação adequada para trabalhar com a diversidade inerente a este coletivo de estudantes.

Estes alunos vivenciam situações reais de exclusão, de segregação social, sem moradia ou vivem em habitações inadequadas, sem saneamento básico, sem emprego, sem assistência médica, com baixo nível de escolarização, até mesmo analfabetos, fora do mercado formal de trabalho, com baixa estima e alguns se consideram incapazes para o aprendizado.

As políticas públicas voltadas para formação de professores devem desencadear mecanismos de reflexão sobre a própria prática dos docentes de forma a integrar o ensino às demandas específicas de aprendizagem dos educandos jovens, adultos e idosos e diversificar as práticas educacionais.

É preciso que os professores e gestores deixem de ver os alunos da EJA como “coitadinhos”, “alienados”, “deserdados pela sorte”, e comece a vê-los como sujeitos históricos, que têm experiências, histórias, memórias enriquecedoras, são construtores do seu processo de aprendizagem, como trabalhadores capazes de construir e transformar o seu próprio destino.

A este respeito, Arroyo (2002) lembra que é preciso recuperar o sentido de nosso ofício de mestre, reinterpretar a função de ensinar, na direção de ensinar a ser humano em uma sociedade tão desigual. Ele enfatiza que “o ofício de mestre, de pedagogo vai encontrando seu lugar social na constatação de que somente aprendemos a ser humanos em uma trama complexa de relacionamentos com outros seres humanos” (p.54).

Nesta direção, Costa (2012, citada por Silva, 2015, p.111) reforça a articulação que deve existir no âmbito da política educacional entre a educação inclusiva e o respeito aos direitos humanos, salientando que trabalhar nesta perspectiva:

Implica pensar a escola como local de formação de seres críticos e pensantes, ou seja, capazes de se contrapor às tentativas de manipulação e dominação impostas pela sociedade de classes aos indivíduos [...].

Sabe-se o quanto ainda perdura nas escolas de EJA os estereótipos, os discursos homogeneizantes, as ideologias alienantes do real, os currículos impostos, totalizantes, o que faz com que professores convivam

com uma tensão identitária constante e se vejam obrigadas a mudar o seu olhar sobre os estudantes e rever a sua maneira de ensinar.

Em reforço a esta ideia, Arroyo (2013) denuncia o currículo como um território em disputa, atrelado a diretrizes, normas, políticas, procedimentos, que são vigiados e controlados para garantir o seu cumprimento. Tanto os docentes como os alunos em seus processos formativos estão “amarrados ao ordenamento curricular” (p.15).

As pesquisas mostram que existe enorme necessidade de formar professores de EJA para que consigam construir um conhecimento sobre a prática, perceber as necessidades básicas de aprendizagem dos seus alunos, trabalhando de forma adequada e com autonomia as dificuldades e demandas específicas, formando seres críticos e pensantes, preparando-os para o mundo do trabalho.

### **A formação de professores em educação de jovens e adultos (eja) na perspectiva da inclusão**

Assumir uma formação de professores em uma perspectiva de inclusão é um grande desafio a ser enfrentado por qualquer instituição educativa. Em se tratando de professores que atuam na educação de jovens e adultos, o desafio é redobrado considerando-se as nuances deficitárias, as dificuldades, a discriminação, os problemas sociais que circundam este segmento educacional.

A formação dos professores pode “proporcionar situações que possibilitem a reflexão e a tomada de consciência das limitações sociais, culturais, e ideológicas” que circundam a função e a profissão docente, como destaca García (1995, p.54). Dada estas condições, os professores precisam se assumirem como protagonistas de sua própria formação, como um profissional capaz de elaborar e reelaborar conhecimentos e saberes que são produzidos coletivamente.

Para este autor, a formação de professores- inicial ou continuada- desempenha a função primordial de enfrentar desafios que visem transformar os conhecimentos científicos em aprendizagens significativas para os educandos, o que exige comprometimento e competência profissional na busca de novas estratégias de ensino que motivem os estudantes (GARCÍA, 2009).

Neste sentido, formar professores para atuarem na Educação de Jovens e Adultos é uma tarefa complexa e urgente, sobretudo se considerar a situação adversa que vivenciam estes profissionais já que, via de regra, atuam no ensino noturno, depois de trabalharem dois turnos no diurno de forma intensiva; não detém uma formação específica em EJA e, além do mais, sofrem com o desprestígio social e pedagógico que predomina no trabalho com educandos adultos e idosos.

A Educação de Jovens e Adultos vem se potencializando como um campo promissor de estudos e pesquisas, mas requer ações pedagógicas específicas, diferenciadas das demais etapas de educação básica, estar a exigir um tratamento distinto para formar educadores, bem como caminhos outros que levem à construção identitária dos professores e à sua profissionalização.

Sintonizados com estas questões, um grupo de docentes do Departamento de Educação- Campus I da Universidade do Estado da Bahia, consegue aprovar uma proposta de qualificação de professores, na modalidade de Mestrado Profissional, em 2012, para formar mestres em Educação de Jovens e Adultos.

O Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA) foi recomendado pela

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 2012 e o processo seletivo da primeira turma foi iniciado em maio de 2013. Este programa veio atender a uma antiga reivindicação dos professores que ministravam aulas no segmento EJA, nas escolas públicas de âmbito estadual ou municipal, como aqueles docentes atuantes no curso de graduação em Pedagogia; portanto, a oferta deste programa veio ao encontro de uma demanda desassistida e uma oferta dispersa de formação de professores para este campo, como nos alertava Flecha (1990).

Os estudantes do Mestrado são professores e gestores de EJA, ex-alunos desta modalidade educativa e pessoas interessadas em trabalhar ou que já trabalham com os sujeitos da educação de jovens e adultos em contextos diversos (escolas, institutos, hospitais, presídios, asilos e outros). A maioria vem de cidades do interior da Bahia, dada a característica de multicampi da universidade, temos apenas um aluno que veio do estado do Espírito Santo, muitos trabalham em escolas ou institutos públicos, alguns já são docentes em universidades públicas estaduais ou faculdades privadas, outros funcionários da própria universidade que oferece o curso.

O Programa MPEJA possui um currículo diversificado que é distribuído em 3 Áreas de Concentração, que podem gerar diversas linhas de pesquisa, a saber: Educação, Meio Ambiente e Trabalho; Formação de Professores e Políticas Públicas; Gestão Educacional e Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação.

Em observância ao Plano Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2010) oferece em semestres alternados a disciplina Cidadania, Inclusão e Ética na EJA, que discute os Direitos Humanos, o direito à educação, as políticas e os mecanismos de inclusão; os docentes, sob a liderança da coordenação do MPEJA, vêm realizando Seminários, Encontros e Fóruns acerca da temática Direitos Humanos articulada com EJA, neste último quadriênio, além de publicar livros e organizar dossiês de revistas em educação acerca deste tema.

Outra disciplina impactante é a Formação do Professor Pesquisador que discute a importância de uma qualificação adequada para os educadores da EJA, apresenta as novas tendências, concepções, pesquisas acerca da formação do professorado. Expõe sobre a formação inicial e formação continuada na perspectiva do desenvolvimento profissional. Intenta analisar as políticas públicas de formação de professores diante dos desafios da contemporaneidade.

Com a implantação deste programa houve um acréscimo significativo das pesquisas em EJA, ampliando o conhecimento sobre o cotidiano escolar, a formação de professores, o empoderamento da reflexão e a busca de soluções em torno dos problemas ambientais, como também a valorização do repertório dos saberes e fazeres oriundos das comunidades de origem do alunado.

Em um artigo publicado na Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, Laffin e Dantas (2015) já sinalizavam que haveria uma tendência em aumentar as pesquisas em EJA, a partir do ano de 2015, quando se iniciava a defesa dos trabalhos de conclusão dos alunos no Programa MPEJA, enfatizando que

É importante situar que os dados deste artigo são oriundos da análise do período até 2014, em que não se contava com os primeiros trabalhos realizados no Programa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), a serem defendidos ao final de 2015 e, que, portanto, o número de pesquisas tende a aumentar e também a melhor compreender quem são os grupos de pesquisa que vão sendo configurados no campo da EJA nesse movimento (p.23)

A partir da leitura e mapeamento das Dissertações dos alunos do Programa, durante o período de 2015 a 2017, observou-se que três temáticas são recorrentes dentre os trabalhos de conclusão de curso dos mestrandos: formação de professores, gestão escolar e sujeitos da EJA, o que expressa a preocupação com a qualificação dos professores, com o gerenciamento das escolas e com o desvelamento das características dos sujeitos a quem se destina a educação, dando voz e vez a estes atores sociais (UNEB/CDI, 2018).

Com base em quatro Relatórios do Programa MPEJA, no período de 2013 a 2017, postados na Plataforma Sucupira (SUCUPIRA, 2017), pode-se afirmar que dentre as conquistas deste programa nos seus quatro anos de existência na Uneb se sobressaem vários resultados/avanços favoráveis que permitem estabelecer as seguintes categorias para sistematizar as possibilidades de inclusão dos sujeitos envolvidos com as ações do Programa, a saber:

A) Categoria Desenvolvimento de Pesquisas sobre EJA

Obteve-se o desenvolvimento de 30 pesquisas sobre EJA de impacto na capital e nas comunidades interioranas na Bahia, nas quais residem os alunos do Programa; e a consequente ampliação do conhecimento sobre formação de professores no campo da EJA. Essa categoria também diz respeito aos Grupos de Pesquisa que estão cadastrados no Diretório Acadêmico do CNPq e que conta com a liderança de docentes do programa.

B) Categoria Incremento da Inserção Social do Programa nas comunidades baianas:

Os 150 alunos das 5 Turmas já selecionadas pelo Programa desenvolvem trabalhos de pesquisa e oficinas de formação durante o curso de pós-graduação nas suas comunidades de origem. Convém ressaltar que se entende como Inserção Social “uma via que potencializa devolver à sociedade os conhecimentos e saberes construídos, no âmbito dos programas de pós-graduação e que contribuem para o desenvolvimento da ciência e melhoria da qualidade da educação” (AMORIM; DANTAS, 2016, p. 48).

C) Articulação entre a Graduação e a Pós-Graduação

As ações e atividades desenvolvidas pelo Programa suscitaram uma maior articulação entre a graduação e a pós-graduação promovida pelo Programa. Como exemplo, tem-se a atividade de extensão e de pesquisa intitulada “Café Científico” da qual foram realizadas oito edições discutindo temáticas relacionadas com a pesquisa, envolvendo estudantes do curso de Pedagogia e de outras licenciaturas, estudantes de vários programas de pós-graduação da Uneb (SUCUPIRA, 2017).

D) Categoria Intercâmbio com várias instituições nacionais e internacionais que pesquisam e/ou discutem sobre a Educação de Jovens e Adultos

Uma das ações empreendidas foi o Convênio com a Rede Internacional de Educação para o Trabalho-RIET, na Argentina, assinado pelo Reitor da Uneb, em 2016, mediante um documento intitulado “Acordo de Cooperação Técnica, Administrativa, Científica e Cultural”, que entre si celebram a Universidade do Estado da Bahia e a Rede Internacional de Educação para o Trabalho - RIET (SUCUPIRA, 2017).

A outra foi a Criação de uma Rede Internacional de Pesquisa em Formação de Professores de Jovens e Adultos (BRASILUEJA) composta por 25 Grupos de Pesquisa cadastrados no Diretório Acadêmico do CNPq, em articulação com várias universidades nacionais e lusitanas. Essa Rede vem promovendo discussões sobre pesquisa aplicada em Reuniões com os Grupos de forma presencial ou a distância.

Outra ação importante foi a realização de quatro Encontros Internacionais sobre Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (ALFAEEJA), sendo promovido, em 2017, em duas províncias de Portugal (Braga e Coimbra), em Florianópolis e em Salvador, o qual vem contando com o financiamento do Programa PAEP/CAPES desde 2015; no ano de 2018, foi promovido em Salvador e em Porto Alegre (Ver Site do evento: [www.alfaejauneb.com](http://www.alfaejauneb.com)).

#### D) Publicações em revistas e livros

Houve aumento da produção científica sobre a educação de jovens e adultos a partir de publicações em livros e revistas especializadas (SUCUPIRA, 2018), como ainda a produção de uma Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos- RIEJA, periódico vinculado ao programa de mestrado profissional e articulado, no Brasil, com a Universidade Federal de Santa Catarina, e, em Portugal, com a Universidade do Minho e a Universidade de Coimbra (SUCUPIRA, 2018).

Esse periódico abriga artigos, resenhas e relatos de experiências de alunos da pós-graduação e da graduação, professores e pesquisadores nacionais e estrangeiros que desenvolvem trabalhos, estudos e investigações na área da educação e no campo da Educação de Jovens e Adultos.

Graças à elevação da nota, em 2017, no processo de Avaliação Quadrienal desenvolvido pela Capes, foi possível ao Programa MPEJA propor a aprovação de um Doutorado Profissional dentro dos critérios e parâmetros estabelecidos pelos órgãos normativos, como uma das ações prospectivas para garantir no futuro a continuidade do programa.

Esta proposta em sendo aprovada produzirá aporte de novos saberes e experiências, o incremento do debate, das discussões sobre as políticas públicas, dará novo impulso para a investigação de problemas importantes que precisam ser solucionados no campo da EJA, ampliando o conhecimento sobre esta área.

### Considerações finais

Ao longo deste artigo procurou-se mostrar que entende-se a educação como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos civis. A educação adquire maior importância quando é direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, quando valoriza o respeito pelos grupos socialmente excluídos. Essa concepção de educação busca efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos na busca da justiça social, do respeito aos direitos humanos.

Logrou-se desvelar a necessidade de uma formação especializada para os educadores da EJA, de uma qualificação docente mediante uma formação continuada, cursos de pós-graduação, dada as especificidades da modalidade e as características peculiares dos sujeitos a serem educados.

Neste artigo, procurou-se demonstrar que o programa de pós-graduação em educação de jovens e adultos é uma proposta inovadora e que vem oportunizando a inclusão do segmento populacional importante que são os sujeitos da EJA (docentes e alunos); sujeitos esses que são jovens e adultos trabalhadores (as) em busca de um mundo melhor, menos desigual e mais justo.

A partir de categorias levantadas foi mostrado como o Programa MPEJA vem desenvolvendo ações que potencializam a inclusão social dos sujeitos da EJA e a participação dos mesmos em atividades de

inserção social promovidas pelo referido programa.

A inclusão social e educacional desses sujeitos se dá mediante ações extensionistas, ações voltadas para a internacionalização do programa, articulação entre estudantes da graduação e da pós-graduação, incremento da inserção social, desenvolvimento de pesquisas, intercâmbio entre programas de pós-graduação.

Acredita-se que este é o caminho para que a inclusão escolar se materialize na prática, tornando-se necessário que os saberes e fazeres adquiridos pelos sujeitos nas vivências, no trabalho, no convívio cotidiano em relação com outras pessoas, possam ser valorizados e considerados como material de estudo no cotidiano da escola e /ou instituição educativa.

Faz-se necessário, como enunciava Haddad (2007), um novo paradigma para a EJA a partir do diálogo, do debate e de um novo olhar acerca dos sujeitos na sua concretude como participantes de processos formativos que potencializem a inclusão social e despertem a consciência crítica de cidadão.

## Referências

AMORIM, A.; DANTAS, T. R. Inserção Sócio-econômica e Educacional do Programa de Mestrado Profissional de Educação de Jovens e Adultos-EJA, junto à comunidade baiana. **Revista Plurais**, Salvador, v. 1, n. 3, p. 46-58, ago./dez. 2016.

ARROYO, M. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: SOARES, L. (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

ARROYO, M. **Ofício de Mestre: imagens e autoimagens**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ARROYO, M. **Currículo, Território em Disputa**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer CEB 11/2000. Relator: Carlos Jamil Cury. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11/2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11/2000.pdf)>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: SEDH/PR, 2010. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2018

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: UNESCO, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2018.

CROCHÍK, J. L. Educação Inclusiva, Subjetividade, Preconceito e Direitos Humanos: qual sua relação? In: SILVA, A. M. M.; VALDELÚCIA, C. A. (Orgs.). **Educação Inclusiva e Direitos Humanos: perspectivas contemporâneas**. São Paulo, Cortez Editora, 2015, p. 23-53.

DANTAS, T. Formação de professores em EJA: uma experiência pioneira na Bahia. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v. 21, n.º 37(jan/jun), 2012, p. 147-162.

DANTAS, T. **Formação em EJA**: o Programa de Mestrado Profissional como uma proposta inovadora de inclusão social. In: DANTAS, T. R.; AMORIM, A.; LEITE, G. Pesquisa, Formação, Alfabetização e Direitos em Educação de Jovens e Adultos. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 131-149.

- DINIZ-PEREIRA, J. E. A construção do campo da pesquisa sobre formação de professores. **Revista da FAEEBA**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 145-154, jul./dez. 2013.
- FLECHA, R. **Educación des Personas Adultas**: Propuesta para los años noventa. Madrid: Roure Editorial, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.
- GARCÍA, C. M. A formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In: NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p. 51-76.
- GARCÍA, C. M. Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro. **Sisifo: Revista em Ciências da Educação**. Valladolid, n. 08, p. 7-22, 2009.
- HADDAD, S. **Novos caminhos em educação de jovens e adultos-EJA**: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007.
- LAFFIN, M. H. L. F.; DANTAS, T. R. A Pesquisa Sobre a EJA na e da Bahia: aproximações e demandas teórico-metodológicas. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 3, n. 6, p. 1-27, 2015.
- MACHADO, M. M. In: HADDAD, S. (Coord.) **Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)**. Brasília: MEC/ INEP/ Comped, 2002, p. 25-45.
- SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.
- SKLIAR, C. (Org.). **Educação & Exclusão**: abordagens sócio antropológicas em Educação Especial. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- SILVA, A. M. M. A formação docente na perspectiva da educação inclusiva e a relação com os direitos humanos. In: SILVA, A. M. M.; VALDELÚCIA, C. A. (Orgs.). **Educação Inclusiva e Direitos Humanos**: perspectivas contemporâneas. São Paulo, Cortez Editora, 2015, p. 93-116.
- SUCUPIRA, Plataforma. Relatório do Programa de Pós-graduação em EJA, 2017. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>>. Acesso em: 26 de outubro de 2018.
- UNEB. Portal dos Periódicos da Uneb. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**. Salvador: UNEB, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/rieja>>. Acesso em: 26 de outubro de 2018.
- UNEB/CDI. Centro de Documentação e Informação. Salvador, 2018.
- UNESCO; Organização de Estados Ibero-americanos. **Contribuições conceituais da educação de pessoas jovens e adultas**: rumo à construção de sentidos comuns na diversidade. VALDÉZ et alli, R. (Org.). Goiás: Editora UFG, 2014.
- VENTURA, J. A EJA e os desafios da formação docente nas licenciaturas. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 21, n. 37, p. 71-82, jan./jun.2012.